

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Governo vai promover um 'Refis elétrico'	2
Título: Obra no Comperj deve gerar 23,3 mil vagas.....	3
Título: Carnaval: Imperatriz colhe a ira do agronegócio	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Governo quer antecipar para o 1º semestre leilão no pré-sal	8
Título: Nordeste pressiona governo por leilões para usinas eólicas e solares	9
Título: Notas	11
Título: Samarco divulga para outros veículos dados pedidos pela Folha	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Com leilões da ANP, governo espera R\$ 4,5 bi	12
Título: Petróleo segue firme com menor oferta e China	13
Título: EDP e Eneva vão à Justiça contra cobrança de taxa emergencial	14
Título: Uma operação que indica a volta do País ao mercado externo	16
Título: Notas	17
VEÍCULO: Valor Econômico.....	17
Título: União poderá arrecadar até R\$ 4,5 bi com leilões de petróleo	17
Título: Estoques altos reduzem impacto dos cortes da Opep	19
Título: Destaques	21
Título: Financiamento deve acelerar alta da fonte solar	21
Título: ABB mira equipamentos de transmissão em 2017	23
Título: Investimento em geração renovável cai 18% em 2016	24
Título: Queiroz Galvão avalia leilão do pré-sal.....	26
Título: PetroRio tem interesse em aumentar fatia em Manati.....	27
Título: Acionistas da Usiminas tentam um acordo	29
Título: Raízen capta US\$ 500 mi.....	30

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danilo Fariello****Título: Governo vai promover um 'Refis elétrico'**

Usinas com obra em atraso ou que não vão ficar prontas terão multas perdoadas

-Brasília- O governo federal vai fazer um "Refis do setor elétrico" ou seja, uma espécie de perdão de multas, evitando que os responsáveis por usinas que estão com obras em atraso ou que nunca vão ficar prontas por terem se tornado inviáveis economicamente sejam suspensos do mercado. Enquadram-se nessa situação, principalmente, usinas de fontes eólica e solar.

Não se sabe exatamente o total dessas usinas, mas agentes do mercado estimam entre 1% e 5% a carga de energia que não vai entrar em operação quando previsto. Tendo em vista a conjuntura de sobra de energia no mercado, o entendimento é que é possível conceder perdão financeiro a essas empresas diante da crise.

Os incentivos para se desistir do projeto e entrar no leilão de descontração (que vai permitir que as empresas abandonem os contratos), porém, não serão tão grandes quanto os que foram incluídos na medida provisória 735. Mesmo assim, haverá algum benefício, explica Elbia Gannoum, presidente da Associação Brasileira de Geração de Energia Eólica (Abeeólica): — Tem muita energia que não existe, que está só no papel. Vamos fazer limpeza da base e cancelar projetos, para liberar espaço para outros.

Nas próximas semanas, deverá ocorrer esse primeiro leilão de descontração para energia de reserva, uma espécie de seguro do mercado para casos de escassez. Nesse certame, aqueles que aceitarem uma menor redução das multas serão os primeiros a serem beneficiados. Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), "o leilão seria arrematado pelo maior pagamento pela saída, até o montante definido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE)".

Fora do leilão, as empresas que não entregarem os empreendimentos previstos teriam de pagar até 2% do faturamento anual e perderiam cerca de 5% do valor total das obras, depositados como garantia logo após a contratação. — As regras ainda não estão claras, mas espera-se que essas penalidades sejam atenuadas — explica Leonardo Santana, presidente da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa.

Por enquanto, serão aceitas no leilão só as usinas denominadas de energia de reserva, que são principalmente eólicas, solares e pequenas centrais hidrelétricas. Mas o governo cogita possibilidade similar para outros tipos de usinas.

Segundo o MME, "entre os benefícios dessa desconstrução estariam a maior transparência do planejamento e a melhora do fluxo de caixa dos consumidores no presente, ao deixarem de pagar por uma energia cujo custo seria desnecessário e ao receberem valores antecipados pelo distrato dos contratos rescindidos por maior lance"

A medida reduz custos para os consumidores como um todo, que pagam pela disponibilidade da energia de reserva, destaca Nelson Leite, presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica, que aprovou a medida: — É uma medida sensata, porque tira do mercado entulhos que estão por aí.

A punição por atraso ou abandono de obra prometida ao governo é tradicionalmente severa, porque a falta de qualquer volume de energia no mercado pode gerar déficits que comprometam todo o sistema. As multas também servem para afastar "aventureiros" do setor.

Como hoje, pela crise, sobra energia, o governo pode "perdoar" as usinas que não estão ficando prontas ou que estão atrasando. Isso porque a falta delas não vai afetar o equilíbrio de um mercado com excedente.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Obra no Comperj deve gerar 23,3 mil vagas

Estimativa inclui empregos diretos, impacto na cadeia de máquinas e equipamentos e serviços prestados.

A decisão da Petrobras de retomar as obras para a Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, foi definida como "oxigênio para um paciente em estado terminal" segundo o novo prefeito do município, Sadinoel Souza (PMB). As estimativas, considerando dados da indústria e da prefeitura, indicam que as obras devem gerar cerca de 23.300 empregos, considerando postos de trabalho diretos, indiretos e os induzidos pelo efeito renda (o impacto na cadeia de serviços).

De acordo com o prefeito de Itaboraí, serão gerados 5 mil empregos diretos nas obras na região. O prazo previsto para a licitação, para a qual foram convidadas cerca de 30 empresas estrangeiras, é de cinco meses, mas Souza estima que o mercado de trabalho da região sentirá mais os efeitos no início do próximo ano. Nos cálculos do presidente da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, o setor de máquinas terá um impacto total de 18.300 postos de trabalho, considerando 2.300 vagas na fabricação direta de máquinas, 5.200 na produção de insumos para estes equipamentos e 10.800 nos serviços gerados para atender ao projeto.

IMPACTO POSITIVO NA ARRECADAÇÃO

O efeito positivo pode ser maior. Segundo fontes próximas à estatal, será construída também uma Central de Utilidades, fundamental para fornecer as condições de infraestrutura para a UPGN, como abastecimento de água e energia. A Petrobras já ressaltou que a conclusão da UPGN não significa uma retomada do Comperj. Mesmo assim, para a UPGN serão necessárias obras como uma linha de gasoduto do litoral até o Comperj e do complexo até a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc). As obras têm previsão de duração de dois anos e meio e custo estimado de R\$ 2 bilhões. A unidade de processamento é considerada essencial para atender o gás que será produzido nos campos do pré-sal na Bacia de Santos.

— Espero que a Petrobras absorva a mão de obra de Itaboraí e dos 15 municípios da região que vai de Niterói, Araruama a Teresópolis. É oxigênio para um paciente em estado terminal. Vai ser um alento com o aumento da arrecadação do ISS (Imposto Sobre Serviços). Anima um pouco, vai ajudar muito a cidade — destacou Sadinoel.

O prefeito destaca que Itaboraí foi um dos municípios mais afetados pelo abandono do projeto, que é alvo de investigação por corrupção na Operação Lava-Jato. Atualmente, a cidade tem três mil salas comerciais vazias, prédios e empreendimentos abandonados.

Para o economista e professor da UFRJ Mauro Osório, se a estimativa da Abimaq se confirmar, a obra no Comperj será importante para recuperar parte dos empregos perdidos. Só com a desmobilização do complexo, em 2015, a área de construção civil em Itaboraí perdeu 12 mil postos de trabalho com carteira assinada naquele ano — quase 30% das 42 mil vagas formais destruídas no setor em todo o estado. Em 2015, Itaboraí encerrou o ano com perda de 15 mil postos de trabalho.

— É uma obra que pode gerar muito emprego, mas é uma recuperação apenas parcial — pondera o economista.

Osório ressalta que o projeto já nasceu superestimado, com projeções iniciais de criação de 200 mil empregos. Apesar dos sinais favoráveis, o economista critica a ausência de empresas brasileiras no convite para a licitação. Segundo a Petrobras, algumas companhias ficaram de fora em razão de restrições à participação em licitações por causa da Lava-Jato.

Além dos empregos, a retomada de investimentos sinaliza ao mercado que a estatal está colocando a casa em ordem, avalia José Márcio Camargo, economista da PUC-Rio: — A Petrobras é o maior investidor do país. Mas, nos últimos dois anos, com a dívida elevada, fez uma série de desinvestimentos. Agora, parece estar disposta a voltar a investir e ficar saneada. É um bom sinal para o futuro, principalmente para a economia do estado, que é bastante dependente dela.

A UPGN tem apenas 30% das obras concluídas. Os trabalhos foram interrompidos pelo consórcio QGIT (Queiroz Galvão, Iesa Óleo & Gás e Tecna Brasil) em setembro de 2015. Na primeira etapa foram gastos R\$ 500 milhões e vários equipamentos estão armazenados no local. Segundo uma fonte, o processo de escolha da vencedora da licitação levará em conta qual proposta tem um grau maior de aproveitamento de equipamentos e gastos já realizados.

Velloso, da Abimaq, criticou a gestão do presidente da Petrobras, Pedro Parente, alegando que muitas empresas já entregaram equipamentos, como os da UPGN e outros, que estão estocados, sem receber pelo serviço, que deveria ter sido pago pelas empresas responsáveis pela obra, a maioria delas envolvida na Lava-Jato.

— O presidente Pedro Parente diz que o problema não é dele, mas das empresas que compraram. O setor de máquinas e equipamentos investiu US\$ 60 bilhões para atender à demanda do setor de petróleo do país. A Petrobras não pode jogar no lixo tudo que já foi feito no setor. Temos 1.500 associados e nenhum na Lava-Jato. — disse Velloso. Colaborou Daiane Costa

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio

Autor: Rafael Galdo

Título: Carnaval: Imperatriz colhe a ira do agronegócio

Escola de Ramos diz que não mudará enredo sobre o Xingu

Depois de patrocinar vários desfiles recentes na Sapucaí, os produtores rurais, enfurecidos com a Imperatriz Leopoldinense, levarão a primeira grande polêmica do carnaval 2017 a uma comissão do Senado e a uma reunião do

Conselho do Agronegócio (Consagro), ligado ao Ministério da Agricultura. É que, no enredo sobre o Xingu, a verde e branco incluirá fazendeiros e agrotóxicos na lista de ameaças ao Parque Indígena, criado em 1961, no Mato Grosso. O suficiente para uma reação em cadeia de associações e confederações ligadas ao setor, como adiantou a coluna de Ancelmo Gois. No olho do furacão, no entanto, a escola garante que não sucumbirá à controvérsia e não mudará nada em seu desfile.

— Vamos manter tudo como o planejado — afirma o carnavalesco Cahê Rodrigues, explicando a origem da celeuma. — Foi devido a uma ala que critica o uso indevido de agrotóxicos, inserida num setor do enredo que cita ainda as queimadas, os madeireiros e os danos ambientais causados pela Usina Hidroelétrica de Belo Monte. Em momento algum foi intenção da escola agredir o agronegócio — diz ele.

A ala em questão, chamada de “Fazendeiros e seus agrotóxicos”, terá componentes de chapéu, borrifadores na mão e caveiras no peito. Perto dela, outros figurinos representarão “os olhos da cobiça” e as “doenças e pragas”. Mas não são apenas as fantasias que provocam a ira do agronegócio. As críticas se dirigem também ao samba, que afirma que “o belo monstro rouba as terras dos seus filhos / devora as matas e seca os rios”.

— É uma menção a Belo Monte. Mas os representantes dos produtores tomaram esse trecho para eles e atacaram a escola de todas as formas, sem sequer nos procurar antes. Fomos pegos de surpresa, inclusive com uma onda de ataques nas redes sociais, de forma brutal e racista, alguns deles contra os compositores, ferindo a história da escola e também nossa liberdade de expressão — diz Cahê.

SAMBISTAS CONVOCADOS EM BRASÍLIA

Explicação alguma, no entanto, amolece o setor. Como afirmou a coluna de Ancelmo Gois nesta quinta-feira, o senador Ronaldo Caiado vai propôr uma comissão temática em Brasília para debater o assunto. A ideia é convidar integrantes da Imperatriz a se explicarem, além de investigar as fontes de financiamento da verde e branco.

Já a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) ainda não se manifestou: só deve emitir um parecer após a discussão do tema no encontro do Consagro, prevista para o próximo dia 19, reunindo os setores público e privado. O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, também não quis se pronunciar. No entanto, várias entidades divulgaram uma enxurrada de notas de repúdio à agremiação.

Primeiro, a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu afirmou que, ao criticar o agronegócio, a Imperatriz “mostra total despreparo e ignorância quanto à história brasileira e à realidade econômica e social do país”.

“É preciso esclarecer e reforçar que o país do samba é sustentado pela pecuária e pela agricultura. Chamados de ‘monstros’ pela escola, nós, produtores rurais, respondemos por 22% do PIB Nacional e, historicamente, salvamos o Brasil em termos de geração de renda e empregos. (...) Inaceitável que a maior festa popular brasileira, que tem a admiração e o respeito da nossa classe, seja palco para um show de sensacionalismo e ataques infundados”, afirma a nota, publicada em 6 de janeiro.

No dia seguinte, foi a Associação Brasileira dos Criadores de Girolando que veio a público. Afirmou que a agremiação tenta desmerecer o agronegócio com “inverdades”.

“É inadmissível que um evento dessa envergadura apresente ao mundo apenas uma imagem distorcida e inverídica do setor, contribuindo para a perpetuação na sociedade do velho preconceito contra o homem do campo. Graças ao agronegócio os turistas poderão festejar o carnaval carioca com bebida e comida produzidas com o que sai das lavouras e pastos brasileiros. Desde a cevada da cerveja, a uva dos espumantes e dos vinhos, a carne do churrasco, o bacon da feijoada, todos os alimentos que serão vendidos na festa carioca vieram do esforço e do trabalho incansável dos produtores rurais”, diz o texto.

Já a Confederação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil chegou a afirmar que a escola desfilaria “de costas para o valoroso público rural brasileiro”. A Frente Parlamentar da Agropecuária também se manifestou, assim como a Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários.

PATROCÍNIO A OUTRAS ESCOLAS

Entre as críticas, a Associação Brasileiras dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador afirmou que o tema da escola não condiz com a história e a realidade do setor. A polêmica veio à tona depois de, em 2013, essa mesma associação ter patrocinado o enredo da Beija-Flor sobre a raça de equinos. A escola acabou vice-campeã, três décimos atrás da Vila Isabel, que contava com recursos da Basf, empresa internacional produtora de agrotóxicos, para o enredo “A Vila canta o Brasil celeiro do mundo — Água no feijão que chegou mais um”... Dois anos antes, em 2011, era a CNA que ajudava a bancar um desfile. No caso, o da Mocidade Independente, com “A parábola dos divinos semeadores”. No ano passado, foi a vez da Unidos da Tijuca tentar garantir recursos dos produtores rurais. A escola tinha uma promessa de patrocínio da

cidade de Sorriso, no Mato Grosso, uma das maiores produtores de soja do país. O dinheiro, no entanto, não chegou.

No fim do ano passado, Cahê tinha visitado o Xingu. Voltou dizendo que apresentaria a cultura do lugar, sem fugir das angústias relatadas pelos índios a ele. Em desfiles anteriores que tiveram a região como tema, como o da Mocidade, em 1983, e o da Tradição, em 1985, ameaças às terras indígenas do Xingu já tinham citadas. Na época, sem tanta polêmica.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack

Título: Governo quer antecipar para o 1º semestre leilão no pré-sal

Governo antecipará leilão de quatro blocos de petróleo do pré-sal para o primeiro semestre deste ano.

O governo antecipará o leilão de quatro blocos de petróleo do pré-sal para o primeiro semestre deste ano na expectativa de arrecadar R\$ 3 bilhões só com essas áreas. É o que afirmou o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, nesta quinta-feira (12).

O valor, segundo o ministro, corresponde ao lance mínimo esperado pelo governo para os blocos de Gato do Mato, Carcará, Tartaruga Verde e Sapinhoá.

É possível que a arrecadação chegue a R\$ 3,5 bilhões dependendo do interesse de operadores que hoje já exploram áreas contíguas e que poderiam ser "juntadas". Isso pode aumentar o grau de disputa pelos blocos.

No fim do ano passado, a previsão era leiloar esses quatro blocos até setembro de 2017, ao lado de outros 291 que não fazem parte do pré-sal e se espalham entre Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

De acordo com o ministro, a expectativa de arrecadação com a venda do direito de exploração de todos esses blocos é de até R\$ 4,5 bilhões. Os blocos do pré-sal representam 67% do total dos recursos, que já estão previstos no Orçamento da União deste ano.

A antecipação da venda dos blocos do pré-sal tem dois motivos. De acordo com o ministro, o governo quer aproveitar a melhora do cenário macroeconômico (juros e inflação em queda) e o interesse de investidores estrangeiros. Ou seja:

o governo quer antecipar os investimentos, o que pode render pontos positivos para a imagem do governo do presidente Michel Temer.

PETROBRAS

A venda dos quatro blocos faz parte de uma diretriz aprovada no final do ano passado pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) e, de acordo com elas, esses blocos podem, depois, ser "somados" a blocos em que grupos estrangeiros já exploram petróleo. São as chamadas áreas "unitizáveis".

A produção, nesses blocos, é sob o regime de partilha. Ou seja: a empresa vencedora do leilão explora a área, mas precisa pagar royalties por isso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Nordeste pressiona governo por leilões para usinas eólicas e solares

Governadores de Estados do Nordeste têm pressionado o governo federal para que sejam agendados para este ano novos leilões para a contratação de usinas eólicas e solares. O apelo vem após um certame marcado para dezembro ter sido cancelado em cima da hora devido a um cenário de sobra estrutural de energia no país decorrente da crise econômica.

O Brasil viu um crescimento exponencial das eólicas na última década. A Associação Brasileira de Energia Eólica estima que os investimentos no setor superam R\$ 60 bilhões desde 1998, dos quais a maior parte foi para o Nordeste, onde estão cinco dos seis Estados com maior presença dessas usinas.

Já a energia solar começou a ser alvo de licitações em 2014, com uma promessa do governo Dilma Rousseff de que seriam feitas contratações anuais de usinas fotovoltaicas para impulsionar o setor.

Energia - Geração renovável representa 17% da matriz.

Além de investimentos bilionários para implementar as usinas, as licitações eólicas e solares atraíram fábricas de equipamentos e outros fornecedores para o Nordeste, além de terem gerado empregos em regiões muitas vezes carentes e movimentado a economia local com o arrendamento de terras para os projetos.

"O setor de energia renovável é uma cadeia econômica que se consolida no Nordeste... inclusive com expressivos investimentos de fabricantes de

equipamentos. Além do aspecto ambiental, estamos gerando emprego e renda em regiões carentes do Brasil. O cancelamento dos leilões nos causou preocupação quanto ao futuro", disse em nota o governador de Pernambuco, Paulo Câmara.

Ele esteve na terça-feira (10) em Brasília para reunião com o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, que é deputado federal eleito por Pernambuco. Participaram também governadores do Ceará e do Piauí.

De acordo com relato do governo de Pernambuco, o ministro não teria descartado a realização de um leilão neste ano, mesmo que menor, mas teria condicionado a possibilidade a um estudo sobre a necessidade de novas usinas que está em andamento na pasta e deve ser concluído até março.

Após questionamento da Reuters, o ministério confirmou que um "comitê de gestão de informações energéticas" fará essa análise, que contará com apoio de instituições setoriais, como a EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), entre outras.

"Com base nas análises feitas por esse grupo, será possível avaliar, entre outros pontos, a necessidade de contratação de energia e as possíveis estratégias de contratação", disse a pasta em nota, sem citar um prazo para a conclusão dos trabalhos.

Em entrevista publicada nesta quinta-feira, o presidente da EPE, Luiz Barroso, disse que o governo pretende apoiar a expansão de usinas eólicas e solares, mas ressaltou que o cenário de demanda por energia a princípio dificulta a realização de leilões no curto prazo.

DESCONTRATAÇÃO

O governo estuda, em paralelo, a realização de um leilão "de descontratação", que permitiria a investidores desistir de usinas que ainda não foram implementadas, em troca de pagamento de multas que seriam utilizadas para reduzir custos dos consumidores.

A proposta foi apresentada pelo Ministério de Minas e Energia ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) em reunião na quarta-feira (11).

Diversas usinas eólicas e solares contratadas nos últimos anos enfrentaram dificuldades financeiras ou com fornecedores e poderiam aderir ao mecanismo, que seria válido para projetos resultantes de leilões de energia de reserva.

Para a especialista da consultoria e comercializadora Delta Energia, Débora Mota, a descontratação pode ajudar o governo na tarefa de avaliar a

necessidade de novas usinas, e até mesmo abrir "espaço para novos leilões", a depender do resultado. Uma usina que seja cancelada poderia abrir caminho para um novo empreendimento, num futuro leilão.

"A proposta busca ajustar o balanço energético... Esse ajuste permite gerar uma melhor previsibilidade da necessidade de energia e expansão da oferta, beneficiando o planejamento", afirmou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Economia / Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Notas

Um lugar... A indústria solar vai se reunir com o Ministério de Minas e Energia na semana que vem. A Absolar, entidade do setor, será recebida por Eduardo Azevedo, secretário de planejamento energético, segundo a pasta.

...ao sol A associação, que pediu o encontro após o cancelamento do leilão de reserva no fim de 2016, vai defender um novo edital para a fonte solar fotovoltaica ainda neste primeiro semestre.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Política

Autor: José Marques

Título: Samarco divulga para outros veículos dados pedidos pela Folha

A assessoria de imprensa da Samarco antecipou a outros veículos de comunicação, nesta quinta (12), informações que seriam publicadas pela Folha após o jornal pedir posicionamento sobre a recuperação da região afetada pelo rompimento da barragem de Fundão.

A Folha obteve documento protocolado pela mineradora em órgãos do governo de Minas Gerais no dia 4 de janeiro. O texto da empresa propunha recuperar área da barragem de Fundão, que se rompeu em 2015 em Mariana (MG), por meio de plantação de árvores sobre o terreno degradado.

Na quarta (11), a reportagem solicitou comentário da empresa sobre o teor do documento, chamado Prad (Plano de Recuperação de Área Degradada).

Por e-mail, a empresa foi informada acerca da data de publicação no jornal (nesta sexta) e questionada se a Samarco, cujas donas são a Vale e a BHP Billiton, ainda pretendia usar a área de Fundão como depósito de rejeitos.

A assessoria da Samarco respondeu às 15h desta quinta. Menos de duas horas depois, enviou os dados que estavam no Prad para a lista de e-mails de jornalistas que acompanham as atividades da empresa.

Procurada para comentar o vazamento de informações, a empresa não se manifestou por e-mail. Por telefone, disse que era uma "estratégia de comunicação".

COMBINAÇÃO

Em março do ano passado, um relatório da Polícia Federal revelava que diretores combinavam com os assessores da mineradora como passar, omitir ou informar incorretamente dados sobre barragens aos jornalistas.

A barragem de Fundão se rompeu em 5 de novembro de 2015, matando 19 pessoas.

Em novembro, a Justiça Federal tornou 22 pessoas e quatro empresas réis em processo criminal 21 delas por homicídio com dolo eventual (quando se assume o risco de matar). Elas negam ter cometido crime.

Sobre o reuso de Fundão, a Samarco diz que, após a recuperação, "não está prevista a utilização da área para disposição de rejeitos".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes e Vinicius Neder

Título: Com leilões da ANP, governo espera R\$ 4,5 bi

Apenas com licitações para exploração de áreas do pré-sal, expectativa é de uma arrecadação de até R\$ 3,5 bi, de acordo com ministro.

O governo conta com a entrada de até R\$ 4,5 bilhões dos leilões de áreas de petróleo e gás natural que serão promovidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) neste ano. Apenas com o pré-sal a expectativa de arrecadação é de R\$ 3 bilhões a R\$ 3,5 bilhões, disse ontem o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, em cerimônia de posse do novo diretor-geral da agência reguladora, Décio Oddone, no Rio de Janeiro.

O dinheiro virá do pagamento pelo direito de explorar as áreas, seja em forma de bônus de assinatura, oferta em leilão utilizada como critério de definição da empresa ou consórcio vencedor, seja como lucro óleo, ressarcimento à União pela produção no pré-sal.

O primeiro leilão está previsto para maio. Será o de menor porte, de áreas em terra, que deve atrair empresas petroleiras independentes. Até o fim do primeiro semestre, acontecerá a concorrência por unidades de áreas de pré-sal, adjacentes a blocos de pós-sal onde já houve descoberta.

Nesse caso, por se tratar de pré-sal, a Petrobrás tem a preferência para definir o seu percentual de participação, de acordo com a mudança no marco regulatório, que tirou a obrigação de a estatal ser operadora de todos os campos. Como essa é a primeira concorrência do tipo, tem sido motivo de discussão do ministério com a estatal, segundo Coelho, que destacou a autonomia da empresa em definir sua participação.

Em setembro, o governo vai promover a 14.^a Rodada de Licitações, que segue o modelo de leilão de concessão de áreas promovido há quase duas décadas. Nesse leilão, serão oferecidos blocos de pós-sal, mas em bacias marítimas, onde está concentrada a produção nacional e onde já atuam companhias de grande porte.

Após a cerimônia de sua posse na direção-geral da ANP, Oddone afirmou que é viável agilizar os leilões se essa for a decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Oddone ainda defendeu a adoção de um calendário de concorrências para dar mais previsibilidade de investimento às empresas.

Em discurso, o novo diretor-geral da agência reguladora pediu menos "ideologia" no debate do setor petróleo e disse que, apesar do interesse em atrair investidores, não vai se "furtar a aplicar sanções" às companhias petroleiras que não seguirem as regras. Afirmou ainda acreditar que o País se tornará autossuficiente e "um grande exportador" de petróleo no início da próxima década. A autonomia na produção de combustíveis, no entanto, deve demorar um pouco mais, segundo ele.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Dow Jones Newswires

Título: Petróleo segue firme com menor oferta e China

Os contratos futuros de petróleo subiram ontem impulsionados por indicações de que grandes produtores estão reduzindo a oferta, pelo forte crescimento da demanda na China e também pelo dólar mais fraco.

O petróleo WTI para fevereiro, negociado na New York Mercantile Exchange (Nymex), fechou em alta de 2,81%, a US\$ 53,01 o barril. Na Intercontinental

Exchange (ICE), em Londres, o Brent para março avançou 2,72%, a US\$ 56,01 o barril.

Na quarta-feira, os contratos já haviam subido quase 3%. Os preços encontraram suporte diante da crescente confiança de que a Arábia Saudita e outros membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) têm implementado com sucesso cortes na produção.

O secretário-geral da Opep, Mohammad Barkindo, afirmou estar confiante de que os membros do cartel e outros grandes produtores têm mantido o acordo de reduzir a produção para impulsionar os preços. Barkindo qualificou o compromisso como "sem paralelo".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: EDP e Eneva vão à Justiça contra cobrança de taxa emergencial

Briga. Donas de usinas térmicas capazes de abastecer até 60% do consumo de energia do Ceará, empresas questionam criação de taxa extra que elevou o custo da água utilizada pelas termoeletricas em 700%; governo do Estado diz que ainda não foi notificado da ação

A crise hídrica que afeta a Região Nordeste do País foi parar nos tribunais. Na segunda-feira (09), as empresas EDP e Eneva, donas das duas maiores usinas térmicas movidas a carvão do País, instaladas no Porto de Pecém (CE), entraram com um processo no Tribunal de Justiça do Ceará contra o governo estadual.

Na ação, as empresas que controlam as usinas Pecém I e II questionam a criação, pelo governo, do Encargo Hídrico Emergencial (EHE), taxa extra que foi incluída na conta de água e que tem sido cobrada pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (Cogerh) desde outubro do ano passado. O valor da ação chega a R\$ 38,2 milhões, conforme apurou o Estado.

As empresas partiram para a briga judicial após sofrerem uma derrota na esfera administrativa federal. Em outubro do ano passado, quando receberam as primeiras cobranças da taxa extra, as empresas recorreram à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para pedir que a agência autorizasse o reequilíbrio financeiro de seus contratos, repassando o novo custo para a conta de luz do consumidor. O argumento utilizado pelas empresas é de que elas não têm nenhum controle ou responsabilidade pela escassez hídrica extrema que afeta a região.

Após análise técnica do pedido, a diretoria da Aneel rejeitou, por três votos a um, o pedido. "Se, por um lado, o gerador não é responsável pela condição hidrológica na qual tem de operar, muito menos responsabilidade tem o consumidor que contratou a entrega de energia", concluiu o diretor da Aneel e relator do processo Reive Barros dos Santos. As empresas reagiram.

Na última semana do ano passado, entraram com um "pedido de reconsideração" na Aneel. Donas de usinas com capacidade de abastecer até 60% da energia consumida pelo Estado do Ceará, as empresas alegam que a cobrança da taxa é resultado de um "fato imprevisível" e que sua criação multiplicou em oito vezes o custo da água usada para resfriar as turbinas. À conta de água, que girava em torno de R\$ 1,3 milhão por mês, somaram-se mais R\$ 9,1 milhões relativos à taxa.

No pedido de reconsideração, as concessionárias controladas pela EDP e Eneva contestam a avaliação técnica da Aneel e do diretor da agência, de que a configuração original de suas usinas - que estão instaladas a cerca de 60 km de Fortaleza e a apenas 5 km do mar - previa um sistema de suprimento baseado em água do mar para a refrigeração do complexo térmico, e não o uso exclusivo de água doce. Ao negar o pedido, Reive Barros declarou que "a decisão de alteração da fonte de água salgada por água doce foi tomada pelo empreendedor (...) por conta e risco do investidor".

As térmicas, no entanto, afirmam que nunca se comprometeram em construir estruturas para dessalinização de água e que seguiram apenas o que estava previsto nos contratos de concessão. Se nada for feito, alegam as concessionárias, não restará saída senão paralisar as operações das usinas.

As térmicas de Pecém se conectam à rede de abastecimento que acessa a água doce do Açude do Castanhão, o maior do Estado, a 280 quilômetros de distância de suas instalações. O reservatório vive uma situação crítica, com apenas 5% de seu volume total de água, pior cenário desde 2002, quando entrou em operação.

Procurada, a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará não se manifestou até o fechamento desta matéria. A Eneva informou que não comentaria o assunto, por estar em período de silêncio. Por meio de nota, a concessionária Energia Pecém, controlada pela EDP, declarou que "segue em tratativas com os órgãos competentes a fim de encontrar uma solução viável para todos os envolvidos".

O governo do Ceará informou que ainda não foi notificado da ação. Em nota, "declarou que o Estado "enfrenta o quinto ano consecutivo de chuvas abaixo da

média e uma série de medidas está sendo tomada para garantir o abastecimento".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Uma operação que indica a volta do País ao mercado externo

A Petrobrás iniciou o ano com a captação de US\$ 4 bilhões numa operação que tem significado importante para a empresa e para a economia do País. O vulto e as condições da emissão mostram que a empresa vem recuperando a imagem de que desfrutava no exterior antes das denúncias de escândalos no âmbito da Operação Lava Jato e também que este poderá ser um ano bem melhor do que os dois anteriores para as empresas brasileiras interessadas em realizar operações semelhantes.

A Petrobrás pretendia captar US\$ 2 bilhões, mas, diante do custo inferior ao que estimara, ampliou a operação para US\$ 4 bilhões. A taxa esperada era de 6,5% para o bônus de cinco anos e de 7,75% para o de dez anos. Mas, por causa da alta demanda, as operações foram concluídas com custo de 6,125% e 7,375%. Em 2015, por causa da instabilidade política do País e do acúmulo de denúncias de corrupção na empresa, o custo foi de 8,45%.

Apesar do êxito da operação, a Petrobrás está longe de resolver seus problemas decorrentes do controle político-partidário de suas operações pelo governo do PT e do desvio bilionário de seus recursos para cofres de partidos políticos e bolsos de políticos, executivos de empresas privadas e funcionários públicos.

A nova direção da empresa fez uma rigorosa revisão de seus programas de investimentos, adotou medidas internas de controle para afastar o risco de formação de novo esquema de banditismo como o que dilapidou suas finanças na era petista e colocou ativos à venda para, com os recursos obtidos, reduzir a dívida. O esforço vem sendo reconhecido pelos investidores no mercado de ações e também pelos grandes operadores do mercado internacional.

Isso é positivo para outras empresas brasileiras que buscam o mercado internacional. Depois dos resultados decepcionantes de 2015, causados pelo agravamento da crise política que levaria ao afastamento definitivo de Dilma Rousseff da Presidência da República, as empresas brasileiras conseguiram captar US\$ 20,25 bilhões no ano passado, quase o triplo do que obtiveram no ano anterior. Neste ano, prevê-se que o total ultrapassará US\$ 25 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Política / Colunas**Autor:** Andreza Matais, Marcelo de Moraes**Título:** Notas

» **Vingança é um prato...** O governo federal atribui ao governador de Minas, Fernando Pimentel, papel central na derrubada da exigência de contrapartida no projeto da dívida dos Estados.

» **...que se come quente.** Com Minas em dificuldades, governistas acham que Pimentel terá de negociar ajuda nos moldes feitos pelo Rio, que inclui a venda da Cedae. Em Minas, deve atingir a tradicional Cemig.

À espera

Com seus dois principais sócios, Petrobrás e Odebrecht, envolvidos na Lava Jato, a Braskem pode ter um novo dono em breve. Antes disso, é preciso resolver imbróglio com o Tribunal de Contas da União (TCU), que barrou a venda de ativos da petrolífera, e ainda o acordo de acionistas. Nessa semana, a Braskem vendeu sua distribuidora de produtos químicos quantiQ Distribuidora para a GTM do Brasil, controlada pela Advent por R\$ 550 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Brasil**Autor:** Rodrigo Polito e André Ramalho**Título:** União poderá arrecadar até R\$ 4,5 bi com leilões de petróleo

O governo federal prevê arrecadar entre R\$ 3,5 bilhões e R\$ 4,5 bilhões com a realização dos três leilões de áreas de exploração petrolífera para este ano. Segundo o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, esse valor considera o bônus mínimo de todas as áreas que serão licitadas, mais um percentual em petróleo relativo às áreas do pré-sal, licitadas no modelo de partilha.

"Tudo o que foi estipulado de outorga mínima já está no Orçamento deste ano. A Fazenda e o Planejamento estimaram obter com os leilões, com as assinaturas das outorgas, de R\$ 3,5 bilhões a R\$ 4,5 bilhões", disse Coelho Filho, após participar da cerimônia de posse de dois novos diretores da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no Rio.

Coelho Filho também contou que o governo pretende antecipar, do segundo para o primeiro semestre, o segundo leilão de áreas do pré-sal, sob o regime de

partilha. A expectativa é que seja publicado no "Diário Oficial da União" ainda em janeiro despacho com as áreas que serão incluídas nos três leilões de petróleo deste ano.

A partir da publicação, a Petrobras terá um prazo de 30 dias para exercer a preferência para ser operadora das quatro áreas unitizáveis do pré-sal que serão licitadas: Carcará e Sapinhoá, na Bacia de Santos, e Gato-do-Mato e Tartaruga Verde, na Bacia de Campos.

"Em maio, será o onshore [leilão de campos marginais terrestres], que estamos trabalhando. Estamos conversando com a Petrobras, porque eles têm o direito de preferência na questão do pré-sal, mas vamos ver se trazemos ainda para o primeiro semestre a segunda rodada do pré-sal. E a expectativa é que o pós-sal [14ª rodada da ANP] possa acontecer em setembro", disse Coelho Filho.

Em meio à decisão da Assembleia Legislativa do Rio de cancelar benefícios do ICMS, no âmbito do Repetro - regime aduaneiro especial que prevê isenção de tributos federais e estaduais -, Coelho Filho disse que o Brasil precisa ter condições para ser mais competitivo em atração de investimentos, em relação a outros países com potencial petrolífero offshore.

O secretário de Petróleo e Gás Natural, Márcio Félix, disse que antecipar o leilão de áreas unitizáveis do pré-sal não é uma tarefa "tão simples", mas que os esforços estão concentrados nesse sentido. Segundo ele, a percepção, no governo, é que os indicadores da economia nacional têm se tornado mais atrativos para investimentos.

"O Brasil está com um cenário econômico melhor. Está caindo a taxa de juros, a inflação está ficando mais baixa. A gente entende que o leilão dessas quatro áreas [unitizáveis] já tem um grau de certeza que vai ser um sucesso, porque são apêndices de áreas que já têm descobertas", disse Félix.

Em discurso de posse como novo diretor-geral da ANP, Décio Oddone, disse que assume um compromisso de trabalhar para tornar o ambiente de negócios mais atrativo. Acenou com a simplificação da regulação, mas disse que a agência não "afrouxará" as regras.

"Vamos simplificar as regras, manter os canais de diálogo que já foram abertos. Isso não significa que vamos afrouxar regras e sermos desleixados na regulação. Esperamos honestidade e respeito às regras por parte dos agentes do mercado, mas não vamos nos furtar a aplicar sanções a quem fraudar regras", disse Oddone.

Além de Oddone, também tomou posse ontem o diretor Felipe Kury. Com os dois novos nomes, a diretoria da ANP ficou com as cinco vagas preenchidas, depois de um ano e sete meses.

Durante a cerimônia, Félix falou sobre o processo de renegociação do contrato da cessão onerosa, assinado em 2010, pelo qual a estatal obteve o direito de produzir 5 bilhões de barris de petróleo no pré-sal. A meta, segundo o secretário, é concluir até o fim do ano a revisão do contrato.

A expectativa do governo, destacou o secretário, é que a ANP conclua ainda este mês seus cálculos sobre o assunto, para, a partir daí, sentar com a Petrobras para a revisão do contrato e "colocar todas as contas na mesma base".

A estatal adquiriu em 2010 o direito de produzir até 5 bilhões de barris por US\$ 42 bilhões. O contrato previa uma rodada de renegociação dos parâmetros do negócio após a declaração de comercialidade das áreas envolvidas. Na época da assinatura do contrato, o preço de referência de venda do barril era de cerca de US\$ 80, mas desde 2014 os preços da commodity caíram fortemente - hoje, o barril está em torno de US\$ 55.

A revisão do contrato da cessão tem potencial para gerar perdas bilionárias, tanto para a Petrobras quanto para a União. Ontem, Félix disse que "nenhuma das partes tem dinheiro para dar para a outra" e que elas precisarão discutir alternativas para o pagamento dos valores devidos.

Em 2016, Félix chegou a afirmar que "tudo leva a crer" que a estatal sairá como credora ao final das negociações e que alternativas de pagamento estavam sendo avaliadas pela União. Por lei, a União não pode pagar a Petrobras com óleo, mas a crise dificulta o pagamento em dinheiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Benoit Faucon, Sarah McFarlane e Ahmed Al Omran

Título: Estoques altos reduzem impacto dos cortes da Opep

Está surgindo um grande obstáculo ao plano da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) de elevar os preços da commodity com cortes da produção: as grandes reservas mundiais de petróleo que ameaçam o poder do cartel sobre os mercados.

Os preços do petróleo subiram cerca de 20% desde que a organização, de 13 países, decidiu reduzir a produção, em novembro. No entanto, os analistas

dizem que não há incentivo suficiente para que as tradings de petróleo comecem a esvaziar os tanques de armazenamento, que cresceram para níveis recordes em 2016.

A Opep se apressa para encontrar maneiras de forçar a redução dos volumes de petróleo armazenado para níveis mais administráveis antes que as produtoras americanas lancem mão da recuperação dos preços para reativar sua produção.

Ontem, a Arábia Saudita, o maior exportador mundial da commodity, anunciou um corte adicional à redução prometida sob o acordo da Opep. Sua produção caiu para menos de 10 milhões de barris/dia em janeiro, disse o ministro da Energia, Khalid al-Falih, e deverá cair ainda mais em fevereiro. "Nosso objetivo é colocar o mercado em rota acelerada de reequilíbrio", disse em Abu Dhabi.

Os comentários de Falih ocorreram um dia após o Departamento de Energia dos EUA ter informado um aumento de 4,1 milhões de barris nos estoques comerciais de petróleo, para 483,1 milhões de barris, na semana passada, mantendo-se bem acima da média histórica.

Os estoques de petróleo dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) subiram para o recorde de quase 1,3 bilhão de barris em 2016. Esse volume é uma consequência de dois anos de preços baixos, que tornaram potencialmente lucrativo para as tradings comprar petróleo, armazená-lo em tanques, em navios e até em trens para vendê-lo posteriormente, quando os preços subissem.

Os analistas dizem que todo esse petróleo armazenado constitui uma fonte reguladora de fornecimento - papel que a Opep há muito tenta desempenhar - o que significa que o produto pode ser liberado quando os preços sobem e acumulado quando as cotações caem.

Em Nova York, o preço do petróleo WTI subiu 1,5% e fechou a US\$ 53,01 o barril após os comentários de Falih, interrompendo uma sequência de vários dias de queda, alimentada pela preocupação com os altos níveis dos estoques e a produção de membros da Opep isentos de efetuar cortes, como a Líbia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques****AES Tietê e Renova**

A AES Tietê confirmou ontem que está em "negociações avançadas" com a Renova Energia para aquisição do complexo eólico Alto Sertão II. A confirmação foi feita depois que a companhia foi questionada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre reportagem da edição de ontem do Valor afirmando que a empresa está prestes a assinar um acordo de negociação com exclusividade para compra do ativo. Em nota, a AES Tietê disse que manterá o mercado atualizado sobre qualquer andamento deste tema.

Chesf tem novo presidente

O engenheiro Sinval Gama assumirá hoje a presidência da Chesf, subsidiária da Eletrobras com forte atuação no Nordeste. Gama substituirá José Carlos de Miranda Farias. Funcionário de carreira da Chesf, Gama já atuou como diretor técnico das distribuidoras Ceron e Cepisa e já foi nomeado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) presidente da Cemar (entre 2002 e 2004) e de cinco distribuidoras em São Paulo e Paraná, do então grupo Rede (entre 2012 e 2014), durante o período de intervenção nessas empresas. Mais recentemente, Gama foi superintendente da área internacional da Eletrobras e, posteriormente, diretor-presidente da Celg Distribuição (Celg D), entre 2015 e 2016.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito****Título: Financiamento deve acelerar alta da fonte solar**

As mudanças nas políticas operacionais do BNDES, anunciadas na última semana, darão impulso extra ao setor de micro e mini geração de energia solar fotovoltaica no país, que deve fechar 2016 com um total de 7 mil sistemas instalados, um crescimento de 300% sobre o ano anterior, de acordo com a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). A expectativa para este ano é de continuidade do crescimento da inserção da fonte na matriz elétrica brasileira, segundo a entidade.

A ampliação da participação máxima do banco em taxa de juros de longo prazo (TJLP), de 70% para 80% do valor total do investimento e, principalmente a duplicação, para dez anos, do prazo de amortização da linha Finame (voltada para compra de máquinas e equipamentos) vão viabilizar financeiramente a instalação de projetos solares fotovoltaicos dentro do orçamento com energia elétrica das empresas.

"Isso faz com que o financiamento se encaixe dentro dos custos atuais que as empresas têm com energia elétrica. Com a própria economia que você tem na conta de luz [ao implantar um sistema de geração solar], você poderá pagar o financiamento até que o sistema se torne seu", disse o presidente da Absolar, Rodrigo Sauaia.

O setor de energia solar é de fato um dos principais beneficiados pela nova diretriz do BNDES. Segundo a presidente do banco, Maria Silvia Bastos Marques, a instituição vai priorizar financiamentos para projetos com impactos ambientais positivos e apoiará empresas de pequeno e médio porte.

Ainda nessa área de financiamento, a entidade negocia com o governo federal a criação de linhas de apoio, com recursos de fundos constitucionais, para projetos do tipo nas regiões Norte e Centro-Oeste, a exemplo do que já foi aprovado no ano passado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). O "FNE Sol", como é chamado, tem prazo de amortização de 12 anos, com carência de seis meses a um ano.

Desde o lançamento da linha até o fim de novembro, já foram contratadas 84 operações, totalizando R\$ 13,9 milhões. O Ceará é o Estado com o maior número de contratações (19 operações, com R\$ 2,5 milhões) e o Rio Grande do Norte tem o maior volume financiado (R\$ 5 milhões, em 16 operações). No total, segundo o BNB, estão na carteira do banco 305 operações do tipo, em diversas etapas, totalizando R\$ 163 milhões.

"A Absolar já encaminhou ao governo federal essas duas propostas de financiamento [para o Norte e o Centro-Oeste]. Na verdade, são trabalhos que estão tramitando. Nossa expectativa é que 2017 seja um ano de novas opções e alternativas de financiamento para micro e mini geração distribuída", disse o executivo.

Outro caminho para expandir o crédito para o setor pode ser por meio de financiamento a pessoas físicas. Segundo Sauaia, estão em trâmite no Congresso dois projetos de lei que preveem a liberação de recursos do FGTS para instalação de sistemas de micro e mini geração de energia solar fotovoltaica. Além disso, alguns bancos comerciais já possuem linhas de financiamento para esse fim.

Com o cenário de financiamento favorável, a Absolar prevê mais um ano de crescimento expressivo de instalação de sistemas do tipo. "Para 2017, nossa expectativa é que esse processo de crescimento continue, à medida que a energia solar fotovoltaica continue se tornando cada vez mais barata e competitiva e exista uma pressão de aumento nas tarifas de energia elétrica [das distribuidoras]", completou Sauer, lembrando que a partir deste ano serão incluídos nas tarifas das distribuidoras valores referentes à remuneração bilionária para transmissoras de energia relativa a indenizações por investimentos feitos no passado e ainda não amortizados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: ABB mira equipamentos de transmissão em 2017

Apostando no segmento de transmissão de energia, a fabricante de equipamentos suíça ABB fechou um contrato de US\$ 75 milhões para fornecer 14 transformadores conversores de corrente contínua para o segundo linhão de transmissão da hidrelétrica de Belo Monte, que está sendo construído pela chinesa State Grid.

A entrega dos transformadores está prevista para o primeiro semestre de 2018. Eles devem entrar em operação em 2019, quando termina o prazo para que a chinesa coloque a linha de 2.500 quilômetros em operação. O chamado segundo bipolo de Belo Monte vai escoar energia gerada no rio Xingu, no Pará, para a região Sudeste.

Apesar da falta de novos projetos de geração de energia elétrica no Brasil, a companhia suíço-sueca não vê problemas no fornecimento de equipamentos para o setor elétrico. O foco, agora, está nos projetos de transmissão.

"Se olharmos para a frente, do ponto de vista de mercado e possibilidades de negócio, essa deve ser a maior fonte de negócios para 2017, na nossa opinião", disse José Paiva, vice-presidente de Desenvolvimento de Negócios e Relações Governamentais da ABB, se referindo ao segmento de transmissão de energia.

Segundo Paiva, o contrato com a State Grid já melhora a condição da companhia ao longo do ano. "Ele [contrato] vai nos dar uma melhor condição de passar 2017 sem grandes percalços. Todas as empresas passam por momentos de carga baixa, capacidade improdutiva elevada." A ABB negocia também outro contrato de suporte técnico dos conversores, disse.

A maior parte dos transformadores fabricados na fábrica da ABB de Guarulhos é destinada à sistemas de corrente alternada, comuns em linhas de menor porte. É o caso dos empreendimentos que foram objeto do leilão de transmissão realizado em outubro, que envolveu cerca de R\$ 11 bilhões em investimentos. Para abril, é esperada uma nova disputa de porte semelhante. "Estamos confiantes de que o leilão de abril será um sucesso e, seguramente, vai trazer negócios para toda a área de equipamentos elétricos", disse Paiva.

A tecnologia dos conversores de corrente contínua, porém, é considerada mais sofisticada, por carregar uma quantidade maior de energia por distâncias mais longas, com perdas menores do que as dos sistemas de corrente alternada. A ABB já forneceu equipamentos do tipo para o escoamento da energia da hidrelétrica de Itaipu para o Sudeste e também, mais recentemente, em uma das linhas do rio Madeira.

Além da expectativa de novos negócios resultantes dos leilões de transmissão, a companhia também espera que o governo licite nos próximos anos duas grandes linhas adicionais que vão conectar as regiões Norte e Nordeste ao Sul e Sudeste.

"Esperávamos que as duas linhas fossem a leilão em 2018, mas hoje já acreditamos que isso ficará para 2019", disse Paiva.

Segundo ele, os projetos serão necessários pois grande parte da geração de energia eólica e solar nova está no Nordeste, enquanto grande capacidade hidrelétrica está no Norte. A carga, por sua vez, está concentrada no Sul e Sudeste. "Já há limitação de capacidade de se trazer energia para o Sudeste, não tem linha para escoar toda a energia dentro do sistema como um todo", explicou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Pilita Clark

Título: Investimento em geração renovável cai 18% em 2016

Os investimentos mundiais em energia limpa sofreram a maior queda em mais de uma década após uma estabilização da onda de investimentos no setor na China e Japão e devido à queda persistente nos preços dos painéis solares.

Um total de US\$ 287 bilhões foi investido em parques eólicos, parques solares e outros sistemas de energia limpa em 2016, numa queda de 18% em relação ao recorde estabelecido em 2015, segundo a Bloomberg New Energy Finance.

Essa é a maior queda em um ano registrada pela empresa, que vem monitorando os investimentos em energia limpa desde 2004.

A queda ocorre em meio a preocupações de movimentos ambientalistas em face da ascensão de líderes populistas, como o presidente eleito dos EUA Donald Trump, que lançou dúvidas sobre a existência de mudanças climáticas e prometeu fomentar o setor de combustíveis fósseis.

Mas esse não parece ter sido um fator influente na queda do investimento no ano passado, disseram analistas. Uma desaceleração na China - superpotência em energia limpa -, foi uma das principais razões para a queda, seguida por cortes de investimentos no Japão, outro importante mercado.

Ambos os países estão se concentrando em "digerir" anos de investimentos recordistas incentivados por alguns dos mais generosos subsídios à energia renovável no mundo, disse Justin Wu, diretor da Bloomberg New Energy Finance para a Ásia.

A China está tentando revigorar suas redes elétricas e introduzir reformas nos mercados de energia para otimizar a geração renovável. Muitos países estão modernizando suas redes elétricas à medida que se disseminam sistemas de energia intermitente e limpa.

"No Japão, o crescimento futuro [no setor energético] não virá de projetos na escala de usinas de eletricidade, mas de sistemas solares instalados no topo de edifícios por consumidores atraídos pela economia cada vez mais favorável do autoconsumo", disse Wu.

A queda nos investimentos acontece após um pico recorde em 2015, quando as energias renováveis passaram à frente do carvão como maior fonte de potência instalada do mundo.

A queda em 2016 não significa que a capacidade de energia renovável construída diminuiu. Estima-se que um recorde de 70 gigawatts de energia solar foi criado no ano passado, acima de 56GW em 2015, bem como outros 56GW de energia eólica.

Isso em parte deve-se ao fato de os preços dos painéis solares e de outros equipamentos continuarem a cair, o que significa que os investidores podem construir mais pelo mesmo custo.

Parques eólicos no mar passaram a ser um grande foco de tecnologia renovável em 2016. Eles atraíram US\$ 30 bilhões de investimentos, ou seja, um aumento de 40% em relação ao ano anterior, pois desenvolvedores passaram a usar

turbinas maiores e a incorporar outros avanços nas técnicas de construção que melhoraram a equação econômica desses sistemas.

As estatísticas referentes ao ano passado foram encorpadas pela aprovação do maior projeto eólico no mar em todo o mundo - o parque eólico de Hornsea -, que a dinamarquesa Dong Energy está construindo no litoral do Reino Unido a um custo de quase US\$ 6 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito

Título: Queiroz Galvão avalia leilão do pré-sal

A Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP) tem interesse em participar do leilão do pré-sal deste ano. A decisão sobre o assunto, contudo, será tomada de "forma responsável", disse o diretor-presidente da petroleira brasileira, Lincoln Guardado.

Na licitação, o governo ofertará as chamadas áreas unitizáveis, dentre elas a parte da União que se conecta com a descoberta de Carcará (BM-S-8), no pré-sal da Bacia de Santos, onde a QGEP detém uma fatia de 10%. As unitizáveis são aquelas áreas da União ainda não licitadas e que se conectam a descobertas cujos reservatórios extrapolam os limites da concessão.

"Gostaríamos de participar, mas tudo vai depender das condições do edital. Acredito que será um leilão concorrido. Vamos ver se a Queiroz Galvão terá condições de entrar de forma responsável", disse Guardado.

A parte da descoberta de Carcará que será licitada este ano tem cerca de 2,2 bilhões de barris de petróleo "in situ" (total de óleo, ainda não aprovado, contido em um reservatório e não necessariamente recuperável), segundo estimativas da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A expectativa é que aproximadamente metade da descoberta extrapole os limites da área de concessão.

No ano passado, a Petrobras vendeu sua participação de 66% no BM-S-8, para a norueguesa Statoil. Com a venda, Carcará, passa a ser operado pela Statoil, em parceria com a Petrogal (14%), Queiroz Galvão (10%) e Barra Energia (10%).

Guardado lembrou que a Statoil assumiu recentemente a operação de Carcará e que só nos próximos meses a QGEP espera se sentar ao lado do seu novo sócio para discutir o futuro do projeto do pré-sal.

Questionado sobre a possibilidade de os sócios da concessão BM-S-8 virem a entrar no leilão de Carcará, Guardado afirmou que seria "desejável" que o mesmo consórcio que opera o ativo também assuma a área unitizável da União a ser licitada. "Mas não é fundamental que seja o mesmo consórcio", ponderou.

Além de Carcará, o governo vai ofertar as áreas unitizáveis de Tartaruga Verde e Sapinhoá, operadas pela Petrobras, e Gato do Mato, da Shell.

Guardado comentou ainda sobre as expectativas de investimentos da Queiroz Galvão em exploração. A petroleira prevê iniciar, no último trimestre deste ano, a campanha sísmica nos dois blocos que a empresa adquiriu na 13ª Rodada da ANP, em 2015, na Bacia Sergipe-Alagoas (SEAL-M-351 e SEAL-M-428). A estimativa inicial, segundo o executivo, é que os investimentos no projeto totalizem entre US\$ 12 milhões e US\$ 13 milhões.

Já nos blocos operados pela empresa nas bacias Foz do Amazonas (FZA-M-90) e Pará-Maranhão (PAMA-M-265 e PAMA-M-337) e adquiridos na 11ª Rodada, em 2013, a previsão é buscar sócios para os ativos ainda este ano. A empresa detém 100% de participação nesses blocos.

A petroleira solicitou à ANP a extensão, em dois anos, do prazo para conclusão da fase de exploração das concessões, devido aos atrasos no licenciamento ambiental dos projetos. Segundo Guardado, a previsão é começar a perfurar nessas áreas somente entre 2019 e 2020.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito

Título: PetroRio tem interesse em aumentar fatia em Manati

A PetroRio pretende assumir 10% do projeto de gás natural de Manati ao final do processo de compra da Brasoil, mas tem interesse em aumentar sua participação no campo, localizado na Bacia Camamu-Almada, na Bahia. Petrobras (35%), Queiroz Galvão Exploração e Produção (45%) e Geopark (10%) são os demais sócios do ativo.

Recentemente, a petroleira brasileira anunciou a aquisição de 52% da Brasoil, a partir da compra das participações do Goldman Sachs (23,19%) e fundo de investimentos Brascan (29,21%) na companhia. Segundo o diretor de projetos da PetroRio, Nelson Queiroz Tanure Filho, a expectativa é concluir a compra do total de ações da Brasoil até o fim deste mês.

Com isso, a PetroRio passaria a deter 10% de Manati. O executivo disse que não existe qualquer negociação em andamento, mas que a empresa tem interesse em ampliar sua participação no projeto, se surgir oportunidade de aquisição das fatias dos sócios.

"Manati para a gente é muito bom. É um ativo em fase de produção que representa geração de caixa", disse o diretor ao Valor.

A entrada da petroleira na área de gás representa a diversificação das suas fontes de receitas - que produz apenas petróleo em um único campo, o de Polvo, na Bacia de Campos. A Brasoil tem um contrato de longo prazo para venda de sua parcela de produção de gás para a Petrobras, operadora do campo.

O fato de o gás geralmente sofrer menos com as volatilidades do que o preço do barril do petróleo também é visto com bons olhos pela companhia. Com base nas demonstrações financeiras da Geopark, que também detém 10% do ativo, a entrada no projeto de Manati tem potencial para incrementar, trimestralmente, as receitas líquidas da PetroRio em US\$ 7,5 milhões, o equivalente a cerca de R\$ 24 milhões.

Isso significa dizer que, se Manati já fizesse parte do portfólio da petroleira no terceiro trimestre de 2016, as receitas da PetroRio teriam sido 17% maiores que os R\$ 139,2 milhões contabilizados no período.

Manati é o oitavo maior campo de gás do país, mas tem produzido abaixo de seu potencial, devido à queda na demanda no mercado. Segundo a Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP), sócia de Manati, o campo deve encerrar 2017 com uma produção média de 4,9 milhões de metros cúbicos diários de gás - volume 3,9% abaixo dos 5,1 milhões de m³/dia previstos para 2016

Além de acessar o projeto de Manati, a compra da Brasoil permitiu à PetroRio também entrar na região do Foz do Amazonas. A Petroleira brasileira passou a deter 100% da concessão de Pirapema, ativo de gás atualmente em fase de desenvolvimento, e do bloco FZA-M-254.

Tanure Filho contou que faz parte das intenções da petroleira investir no desenvolvimento do campo de Pirapema e na exploração do Foz do Amazonas, mas que a companhia buscará um sócio para "carregar os investimentos" necessários.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás****Título: Acionistas da Usiminas tentam um acordo**

Em mais uma rodada de negociações entre os dois principais acionistas da Usiminas, a Ternium / Techint busca uma reunião com a sócia Nippon Steel & Sumitomo Metal para costurar uma solução para o conflito societário que já dura mais de dois anos e meio, informou ontem a empresa.

Ambas seguem em divergência sobre o cerne da questão: para os japoneses a solução é determinar quem comanda a gestão da companhia e para os ítalo-argentinos, é essencial uma cláusula perene de saída. Uma fonte disse ao Valor que os japoneses não receberam o convite. Procurada, a Nippon Steel preferiu não comentar o assunto.

As diferenças aparecem em uma semana que foi difícil para a Usiminas. Na terça-feira, a assembleia geral extraordinária (AGE) da Mineração Usiminas (Musa) terminou em negativa para a redução de capital de R\$ 1 bilhão. A sócia da Usiminas no negócio, Sumitomo Corporation (com 30% do capital) votou contra o processo. A redução é importante para que R\$ 700 milhões sejam distribuídos à siderúrgica mineira, uma exigência dos credores. A Usiminas disse que vai recorrer.

A decisão pegou os investidores de surpresa e, no dia seguinte, as ações preferenciais classe A da Usiminas chegaram a cair 6% na mínima do pregão, apesar de terem fechado com recuo de 1,99%. Analistas veem o retorno de um risco à empresa, o que parecia já resolvido - o de solvência. Ontem, os papéis se recuperaram, subindo 2,5%, para R\$ 4,54, e acumulam alta de 10,7% no ano.

Os desencontros das duas acionistas controladoras se intensificaram na quarta-feira, quando os controladores da siderúrgica responderam a um questionamento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Nippon Steel informou ter oferecido um mecanismo de alternância de poder no comando da Usiminas, rejeitado pela Ternium, conforme antecipou o Valor em 23 de dezembro. Em contrapartida, os ítalo-argentinos pedem uma cláusula estatutária de resolução de conflitos, o que os japoneses descartam.

Em comunicado posterior, divulgado ontem, a Ternium argumentou que a cláusula, que permita uma potencial saída de um dos controladores para resolver divergências ou até venda de apenas uma parcela das ações na empresa mineira, é a solução definitiva para a disputa. Isso ajudaria, acrescentou, a evitar problemas no futuro e reforçar a governança corporativa.

A acionista da Usiminas também se mostrou aberta ao diálogo para construir um consenso. "A Ternium tem total interesse em se reunir com a Nippon para buscar uma solução definitiva para a disputa", informou. "Acreditamos que podemos construir juntos uma opção para esse mecanismo", acrescentou, lembrando que na resposta à CVM a Nippon Steel escreveu que "não rejeita uma futura necessidade e possibilidade de introduzir um mecanismo para encerrar a parceria", mas "no momento certo".

Para os ítalo-argentinos, a cláusula é essencial para resolver as diferenças. Já a Nippon pensa diferente e chegou a classificá-la no comunicado de "roleta russa". O Valor apurou que o grupo japonês vê na determinação de regras mais claras para a escolha do comando executivo da Usiminas o cerne da questão. Uma fonte disse que, uma vez que os termos de escolha do presidente sejam bem definidos, "não há mais motivos para brigas". A alternância na gestão proposta resolveria esse ponto, acrescentou.

"A questão de se alternar no comando é algo muito comum no mundo todo, na Ásia, na América do Norte, em várias 'joint ventures'. É algo totalmente normal e a Nippon pretende continuar com essa proposta", informou a fonte.

A presidência da Usiminas também é fonte de preocupação para a Ternium. Mas mais do que definir regras, ela quer a saída de Rômelo de Souza, atual executivo-chefe. "Consideramos fundamento o retorno de Sergio Leite para a presidência da Usiminas", diz. "Rômelo de Souza não é um gestor eficiente e quase levou a companhia a uma recuperação judicial em 2016".

Para a Ternium, os problemas na empresa se devem ao fato de Souza ser um nome indicado pela Nippon, avaliações fracas de seu desempenho antes da presidência e agora pelo insucesso em convencer a Sumitomo a reduzir o capital da Musa. A decisão, segundo fontes, pegou os dois controladores de surpresa. Colaboraram Ivo Ribeiro e Juliana Machado)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Alessandra Bellotto e Daniela Meibak

Título: Raízen capta US\$ 500 mi

A Raízen fechou uma captação de US\$ 500 milhões em bônus de dez anos, segundo fonte. A companhia conseguiu reduzir a taxa proposta inicialmente e fechou a operação com retorno ao investidor de 5,3% ao ano. O rendimento estimado inicialmente era de cerca de 5,75%. A Raízen, que possui grau de investimento pelas agências S&P e Fitch, conseguiu taxa melhor do que a Fibria, que captou US\$ 700 milhões na véspera, com retorno de 5,7% em títulos

de dez anos. A produtora de celulose também tem grau de investimento. A Raízen atraiu uma demanda de US\$ 4 bilhões, segundo uma fonte. A operação foi liderada por Bank of America Merrill Lynch (BofA), Bradesco BBI, Citi, J.P. Morgan e Santander.

MME / ASCOM